MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I A DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DIÁRIAS

1.1. Os serviços objeto do Termo de Referência serão constantemente avaliados pelos fiscais da CONTRATANTE, que assinalarão as ocorrências na "Relação de Ocorrências", conforme modelo abaixo.

1.2. Os níveis de serviço apresentados neste Acordo de Nível de serviços (ANS) têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

1.3. Seguir-se-á a tabela constante deste ANS quanto ao percentual a ser pago pelos serviços prestados, conforme Faixa de Ajuste deste ANS, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais e previstas em lei.

1.4. É requisito básico que a CONTRATADA cumpra e respeite as obrigações trabalhistas conforme lei vigente.

2. RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS A SER UTILIZADA COMO FORMA DE MENSURAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

INDICADOR 1 – OCORRÊNCIA SOBRE O USO UNIFORME	
Finalidade	Garantir que o prestador de serviços esteja trajando o uniforme conforme previsão no edital
Meta a Cumprir	100% dos prestadores uniformizados conforme o Termo de Referência.
Aferição	Verificação diária do fiscal de contrato, auxiliado pela avaliação mensal dos serviços prestados. A quantidade de ocorrência registrada por dia corresponderá ao número de funcionários que nela incorrerem num mesmo dia.
Periodicidade	Diária
OCORRÊNCIA:	Inobservância da utilização de uniforme, uso de uniforme incompleto ou inadequado, uniforme danificado.
Mecanismo de cálculo	Soma de todas as ocorrências registradas diariamente no período avaliado
Sanção	O fiscal do contrato notificará o preposto para correção do funcionário, sob pena de substituí-lo ou solicitará troca de uniforme. A partir de 15 dias úteis de atraso, haverá multa de conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência.
Data da ocorrência	Descrição sintética
INDICADOR 2 - ENTREGA DE UNIFORMES	
Finalidade	Garantir que os uniformes sejam entregues conforme Edital e anexos, e ACT/CCT/DCT

Meta a Cumprir	100% dos uniformes entregues conforme Edital e anexos, e ACT/CCT/DCT
Aferição	Verificação dos recibos dos uniformes, medindo os dias de atraso na entrega de qualquer peça do uniforme, por funcionário, após notificação e fixação de prazo máximo de entrega à empresa CONTRATADA
Periodicidade	Mensal (respeitada a data de troca de uniforme conforme Edital e anexos, e ACT/CCT/DCT
OCORRÊNCIA	Atraso na entrega de qualquer peça dor uniforme, por funcionário
Mecanismo de cálculo	Cada dia útil de atraso na entrega de uniforme, por funcionário, corresponde a uma ocorrência. Soma-se as ocorrências no período avaliado
Sanção	A partir de 15 dias úteis de atraso, haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência
Data da ocorrência	Descrição sintética

Sistemática para aferição das ocorrências 1 e 2:
a) Uniforme entregue pela empresa e não utilizado: ocorrência 1
b) Uniforme em mora ocorrência 2
c) Uniforme em mora e a peça que o funcionário possui não é utilizada adequadamente: 1 e 2.
Cabe à fiscalização verificar a ocorrência em cada caso real para o adequado enquadramento nas ocorrência dos indicadores 1 e/ou 2.
Computando-se o prazo para início de aplicação de penalidade, este somente cessa com a apresentação do recibo e uniforme que deu causa a aplicação. Se durante este ínterim ocorrer a virada do mês a empresa estará sujeita a novo acordo de nível de serviço e uma nova contagem iniciará para o indicador 2 do ANS, sem prejuízo do prazo para aplicação da multa, sendo portanto, neste caso, ocorrerão concomitantemente.

INDICADOR 3 – OCORRÊNCIA DE AUSÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Finalidade	Garantir que os serviços sejam integralmente prestados.
Meta a Cumprir	100% de prestação de serviços conforme estabelecidos no Edital e anexos.
Aferição	Verificação diária de prestação de serviços, com a contagem de atrasos, saídas antecipadas, ou ausências a partir de 15 minutos até o total da jornada diária de trabalhos, por posto de serviço.
Periodicidade	Diária
OCORRÊNCIA:	Ausência na prestação de serviços.
Mecanismo de cálculo	Transformação do tempo de ausência em minutos e soma de todas as ausências (por posto), no período avaliado, dividido por 60, o resultado será o total das ocorrências. A parte decimal será desprezada.
Sanção	Haverá multa de conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência a partir de 5 dias consecutivos ou 5 (cinco) não consecutivos de ausência por posto, sem prejuízo da continuidade da incidência da ocorrência do ANS.
Data da ocorrência	Descrição sintética

INDICADOR 5 – OCORRÊNCIA SOBRE ENTREGAS DE DOCUMENTOS

Finalidade	Garantir a efetividade da fiscalização
Meta a Cumprir	Entregar documentos previstos no edital e/ou solicitados pela fiscalização nos prazos determinados.
Aferição	Verificação da data de entrega dos documentos
Periodicidade	Quando houver solicitação de documentos.
OCORRÊNCIA:	Deixar de entregar documentação solicitada nos prazos estabelecidos
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias corridos de atraso na entrega de qualquer documento, contados da solicitação formal, até o efetivo atendimento.

Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência a partir de 25 (vinte e cinco dias) consecutivos de não atendimento, sem prejuízo da incidência do ANS.
Data da ocorrência	Descrição sintética
Computando-se o prazo para início de aplicação de penalidade, este somente cessa com a apresentação dos documentos solicitados ou justificativa aceita pela administração que deram causa a aplicação. Se durante este ínterim ocorrer a virada do mês a empresa estará sujeita a novo acordo de nível de serviço e uma nova contagem iniciará para o indicador 5 do ANS, sem prejuízo do prazo para aplicação da multa, sendo portanto, neste caso, ocorrerão concomitantemente.	
INDICADOR 6 – OCORRÊNCIA SOBRE NOTA FISCAL	
Finalidade	Garantir o pagamento em tempo hábil para retenção de impostos
Meta a Cumprir	Entrega de nota fiscal no prazo estabelecido no Edital e anexos.
Aferição	Verificação da data de entrega da nota fiscal.
Periodicidade	Mensal.
OCORRÊNCIA:	Deixar de entregar nota fiscal no prazo estabelecido.
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias corridos de atraso na entrega da nota fiscal, contados do prazo final conforme Edital e anexos até o efetivo atendimento.
Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência a partir do encerramento do mês subsequente a prestação de serviço sem a entrega de nota fiscal. Sem prejuízo de juros e multas de impostos que a contratada poderá incorrer
Data da ocorrência	Descrição sintética
INDICADOR 7 – OCORRÊNCIA SOBRE SOLICITAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO	
Finalidade	Garantir a efetividade da fiscalização
Meta a Cumprir	Atender as determinações da fiscalização nos prazos estabelecidos.
Aferição	Verificação da data da efetiva execução.
Periodicidade	Quando houver solicitação da fiscalização
OCORRÊNCIA:	Deixar de atender demanda formal da fiscalização de contrato
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias corridos de atraso do cumprimento, contados da solicitação formal, até o efetivo atendimento às solicitação.
Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência a partir de 20 dias consecutivos de não atendimento.
Data da ocorrência	Descrição sintética
Computando-se o prazo para início de aplicação de penalidade, este somente cessa com a apresentação da solicitação da fiscalização que deu causa a aplicação. Se durante este ínterim ocorrer a virada do mês a empresa estará sujeita a novo acordo de nível de serviço e uma nova contagem iniciará para o indicador 7 do ANS, sem prejuízo do prazo para aplicação da multa, sendo portanto, neste caso, ocorrerão concomitantemente.	
INDICADOR 8 – OCORRÊNCIA SOBRE MATERIAIS E UTENSÍLIOS (NOS POSTOS ONDE FOR EXIGIDO)	
Finalidade	Garantir a entrega de materiais e utensílios previstos no contrato, nos prazos estipulados e quantidades previstas.
Meta a Cumprir	Entregar materiais e utensílios nos prazos e quantidades conforme Edital e anexos.
Aferição	Verificação da data da efetiva entrega e quantidade.
Periodicidade	Mensal

OCORRÊNCIA:	Atrasar a entrega de qualquer materiais e utensílios previstos no Edital e anexos nos prazos determinados. Caso haja alguma divergência na qualidade do material, haverá notificação com prazo estipulado à contratada para apresentação do material adequado. Caso a mesma não corrija estará sujeita a ocorrência deste ANS.
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias consecutivos de atraso da efetiva entrega, contados da solicitação formal até o efetivo atendimento.
Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência a partir de 30 dias consecutivos de não atendimento.
Data da ocorrência	Descrição sintética
Computando-se o prazo para início de aplicação de penalidade, este somente cessa com a apresentação dos materiais e/ou utensílios solicitados pela fiscalização que deu causa a aplicação. Se durante este ínterim ocorrer a virada do mês a empresa estará sujeita a novo acordo de nível de serviço e uma nova contagem iniciará para o indicador 8 do ANS, sem prejuízo do prazo para aplicação da multa, sendo portanto, neste caso, ocorrerão concomitantemente.	
INDICADOR 9 – OCORRÊNCIA SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS DOS FUNCIONÁRIOS	
Finalidade	Garantir o cumprimento dos direitos trabalhista
Meta a Cumprir	Entregar VT e VA antecipadamente aos funcionários, deixando-os sempre munidos de VT e VA.
Aferição	Verificação dos depósitos ou comprovante de pagamento de VA e VT.
Periodicidade	Mensal
OCORRÊNCIA:	Atraso no pagamento de VT e VA, de forma a garantir que o funcionário receba sempre antecipadamente o VT e VA.
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias consecutivos de atraso de pagamento de VT e/ou VA por funcionário. Cada dia corrido sem VA ou VT por funcionário é contado como dia de atraso
Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência após 06 dias de atraso, sem prejuízo da incidência do ANS.
Data da ocorrência	Descrição sintética
INDICADOR 10 – OCORRÊNCIA SOBRE DIREITOS TRABALHISTAS DOS FUNCIONÁRIOS	
Finalidade	Garantir o cumprimento dos direitos trabalhista
Meta a Cumprir	Efetuar o pagamento de salário e demais verbas trabalhistas nos prazos legais.
Aferição	Verificação dos depósitos ou comprovante de pagamento de salário e demais verbas trabalhistas
Periodicidade	Mensal
OCORRÊNCIA:	Atraso no pagamento de salário, 13º, férias e demais verbas trabalhistas
Mecanismo de cálculo	Soma dos dias corridos de atraso por direito trabalhista de cada funcionário.
Sanção	Haverá multa conforme subitem 8.2.4.7.1. do Termo de Referência após 3 dias corridos de atraso.
Data da ocorrência	Descrição sintética

TABELA - CÁLCULO DAS OCORRÊNCIAS

Indicador	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Qtdade de Ocorrencia										
Peso (x)	1	1	1	1	2	2	3	1	4	4
Saldo										
Tolerância	2	5	0	6	3	1	2	1	0	0
Excesso de ocorrência =										
SOMA TOTAL DO EXCESSO DE OCORRÊNCIA										

Instruções para aplicação desta tabela:
As listas com indicações das ocorrências identificadas serão inseridas na tabela acima, de modo que o fiscal preencherá as respectivas linhas, que contemplam as 10 (dez) hipóteses de verificação técnica dos serviços, com base na avaliação própria e na dos fiscais que compartilham a fiscalização;
Posteriormente, cada valor de excesso de ocorrências será multiplicado pelo PESO indicado em cada coluna, obtendo-se, pois, o saldo por tipo de apontamento cada um dos 10 (dez) itens.
A seguir, do valor totalizado por cada coluna de verificação qualitativa será deduzido o respectivo valor da TOLERÂNCIA prevista/admitida (por coluna), obtendo-se o valor referente, EXCESSO DE OCORRÊNCIAS, por ocorrência;
Ao final, será somada toda do excesso de ocorrência. Esse valor será o número a ser verificado na tabela FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO;
Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero);

FAIXAS DE AJUSTES DE PAGAMENTO

Nº DO EXCESSO DE OCORRÊNCIA	**FATOR DE ACEITAÇÃO - PORCENTAGEM DO VALOR MENSAL QUE SERÁ PAGO**
1 a 10	100,00%
11 a 20	99,50%
21 a 30	98,50%
31 a 40	98,00%
41 a 50	97,50%
51 a 60	97,00%
61 a 70	96,50%
71 a 80	96,00%
81 a 90	95,50%
91 a 100	95,00%
100 a 200	94,50%
201 a 300	94,00%
301 a 400	93,50%
401 a 500	93,00%
501 a 600	92,50%
601 a 700	92,00%
701 a 800	91,50%
801 a 900	91,00%
901 a 1000	90,50%
Acima de 1000	90,00%

A porcentagem do valor mensal aceito pela administração incidirá sobre o resultado do valor previsto menos a glosa de ausência de prestação de serviço, conforme o termo de referência.
O resultado da Faixa de Ajuste de pagamento do Acordo de Nível de serviço é calculado após a entrega de toda documentação prevista no Termo de referência. A contratante poderá entregar essa documentação até 5 (cinco) dias úteis antes da data de emissão da fatura para que a fiscalização proceda os cálculos e informe à contratada o Resultado da faixa de ajuste, possibilitando a contratada a emitir a nota fiscal no valor aprovado pela fiscalização. Neste caso, poderá haver ainda alguma alteração no valor indicado pela fiscalização devido o indicador nº 6 do Acordo de Nível.
As ocorrência e posterior ajuste de pagamento não elide à contratada das sanções prevista no Termo de Referência e legislação. As penalidades administrativas seguirão os trâmites e normas previstos no Edital e anexos.
A empresa poderá apresentar justificativa pleiteando a não incidência das ocorrências, observadas as seguintes condições:
A justificativa deverá ser pautada em fato justo, razoável e não previsível, devidamente comprovado, não sendo aceito alegações por culpa da contratada.
A justificativa deverá ser apresentada por escrito, contendo em anexo todos os documentos citados e protocolada junto ao fiscal do contrato.
A justificativa deverá ser apresentada no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis do mês subseqüente ao da ocorrência, sob pena de preclusão do direito e incidência do ANS.
Cabe a fiscalização analisar a justificativa, comunicando a empresa da aceitação ou não.

PRF

Documento assinado eletronicamente por **SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 07/09/2026, às 13:50, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **75659801** e o código CRC **BA7191B4**.

Referência: Processo nº 08812.001865/2026-98 SEI nº 75659801

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I B DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO COM OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pregão Eletrônico nº [INSERIR_NÚMERO]/[INSERIR_ANO]
Objeto: Contratação de serviços contínuos de postos de trabalho de almoxarife, serviço de copeiragem, motorista, operador de mídia audiovisual e bibliotecário para UNIPRF

DECLARO que a empresa [NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR_CNPJ], com sede no endereço [INSERIR_ENDEREÇO_COMPLETO], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, conhece e se compromete a cumprir os critérios e as obrigações de sustentabilidade previstos no Termo de Referência e em seus anexos durante toda a execução contratual.

A empresa compromete-se, especialmente, a utilizar de forma racional energia, materiais e demais recursos; reduzir o consumo de papel, priorizando documentos e registros digitais; separar e destinar adequadamente pilhas, baterias, cabos, componentes eletrônicos e outros resíduos decorrentes da execução dos serviços; observar os procedimentos de coleta, armazenamento e destinação definidos pela PRF; e apresentar à fiscalização, quando solicitado, as evidências do cumprimento dessas obrigações.

A empresa declara, ainda, que observará as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, naquilo que estiver previsto no Termo de Referência e for aplicável ao objeto contratado.

Local e Data: **[INSERIR_CIDADE]**, **[INSERIR_DIA]** de **[INSERIR_MÊS]** de **2026**.

Nome Completo do Representante Legal
Cargo / Função na Empresa
(Assinatura Eletrônica Certificada / ICP-Brasil)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 07/09/2026, às 13:51, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **75660222** e o código CRC **F2F7A30B**.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I C DO TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA E PLENO CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO SERVIÇO

(Deverá ser preenchida e enviada por todas as licitantes como condição para a aceitabilidade da Proposta Comercial)

Pregão Eletrônico nº [INSERIR_NÚMERO]/[INSERIR_ANO]
Objeto: Contratação de serviços contínuos de postos de trabalho de almoxarife, serviço de copeiragem, motorista, operador de mídia audiovisual e bibliotecário para UNIPRF.

DECLARO que a empresa [NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA], inscrita no CNPJ sob o nº [INSERIR_CNPJ], com sede no endereço [INSERIR_ENDEREÇO_COMPLETO], por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento às exigências fixadas na Lei nº 14.133/2021 e nos itens 4.24. e 9.37. do Termo de Referência, sob as sanções administrativas e penas da lei, para fins de participação no certame:

a) Que detém pleno conhecimento das condições locais de execução dos serviços e da infraestrutura descritas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar, concordando plenamente com a dispensa da vistoria técnica presencial, visto que a unidade encontra-se em fase de construção.

b) Que as informações e especificações técnicas disponibilizadas no Edital e em seus anexos são exatas e plenamente suficientes para a elaboração de nossa proposta comercial e para a futura prestação dos serviços.

c) Que assumimos inteira responsabilidade pela correta avaliação dos custos, quantitativos e logística envolvida na execução contratual.

d) Que não poderemos alegar, em nenhuma hipótese ou época da execução contratual, o desconhecimento das características operacionais, exigências do Termo de Referência ou dificuldades locais do Distrito Federal como justificativa para pleitear aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro, eximir-nos das obrigações assumidas ou justificar inexecução total ou parcial do objeto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data: **[INSERIR_CIDADE]**, **[INSERIR_DIA]** de **[INSERIR_MÊS]** de **2026**.

Nome Completo do Representante Legal
Cargo / Função na Empresa
(Assinatura Eletrônica Certificada / ICP-Brasil)

Documento assinado eletronicamente por **SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 07/09/2026, às 13:51, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **75659858** e o código CRC **27B7D0A3**.

Referência: Processo nº 08812.001865/2026-98 SEI nº 75659858

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I D DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILDIADE DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

Pregão Eletrônico nº [INSERIR_NÚMERO]/[INSERIR_ANO]
Objeto: Contratação de serviços contínuos de postos de trabalho de almoxarife, serviço de copeiragem, motorista, operador de mídia audiovisual e bibliotecário para UNIPRF.

A empresa **[NOME/RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[INSERIR_CNPJ]**, com sede no endereço **[INSERIR_ENDEREÇO_COMPLETO]**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento às exigências fixadas no item 8.17. e seus subitens do Edital, vem perante esta Administração apresentar formalmente esta declaração:

1. DA IDENTIFICAÇÃO DA NORMA COLETIVA UTILIZADA

1.1. Declaro que a Proposta de Preços apresentada por esta licitante foi integralmente calculada e estruturada com base nas cláusulas, salários e benefícios previstos na seguinte norma coletiva **[INFORMAR A NORMA COLETIVA UTILIZADA PARA CADA POSTO DE TRABALHO]**:

1.1.1. **Posto de Trabalho:** [INFORMAR O POSTO DE TRABALHO]

1.1.2. **Tipo de Instrumento:** [ ] Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) / [ ] Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)

1.1.3. **Entidade Sindical Laboral (Trabalhadores):** [INSERIR NOME DO SIND. DOS TRABALHADORES]

1.1.4. **Entidade Sindical Patronal (Empregadores):** [INSERIR NOME DO SIND. PATRONAL]

1.1.5. **Código de Registro no Sistema Mediador (MTE):** [INSERIR NÚMERO DO REGISTRO]

1.1.6. **Vigência da Norma Coletiva:** [INSERIR DATA DE INÍCIO] a [INSERIR DATA DE FIM]

2. DA ATIVIDADE ECONÔMICA PREPONDERANTE DA LICITANTE

2.1. Em consonância com o disposto no **artigo 581, § 2º, da CLT**, declaro que a atividade econômica preponderante desta empresa, que caracteriza a sua unidade de produto, operação ou objetivo institucional, consiste em:

2.1.1. **Descrição da Atividade Principal:** [Descrever detalhadamente a atividade econômica principal realizada pela empresa no mercado].

2.1.2. **Código CNAE Principal:** [Inserir o número do CNAE Principal conforme o cartão CNPJ].

3. DA JUSTIFICATIVA DO ENQUADRAMENTO SINDICAL APLICADO AO OBJETO

3.1. Apresento, abaixo, os fundamentos técnicos e jurídicos que legitimam a aplicação da referida norma coletiva aos postos de trabalho demandados no objeto deste certame, demonstrando a perfeita compatibilidade com a atividade-fim contratada:

3.2. *[Espaço para a licitante redigir sua justificativa detalhada, explicando o vínculo entre sua atividade corporativa e o sindicato eleito]*

4. DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS RISCOS OPERACIONAIS

4.1. Firmamos, sob as penas da lei, os seguintes compromissos e declarações de ciência:

a) "DECLARO que esta empresa está regularmente vinculada ao Sindicato _____, conforme Carta de Registro Sindical em anexo, assumindo integral responsabilidade pela veracidade do enquadramento sindical informado, e declaro estar ciente de que qualquer erro ou fraude decorrente da utilização de instrumento coletivo incompatível — ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria — que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitará esta licitante às sanções administrativas previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021."

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local e Data: **[INSERIR_CIDADE]**, **[INSERIR_DIA]** de **[INSERIR_MÊS]** de **2026**.

Nome Completo do Representante Legal
Cargo / Função na Empresa
(Assinatura Eletrônica Certificada / ICP-Brasil)

PRF

Documento assinado eletronicamente por **SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 07/09/2026, às 19:36, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **75659878** e o código CRC **CE950DC7**.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA-EXECUTIVA

ANEXO I E DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIMARDOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pregão Eletrônico nº [INSERIR_NÚMERO]/[INSERIR_ANO]
Objeto: Contratação de serviços contínuos de postos de trabalho de almoxarife, serviço de copeiragem, motorista, operador de mídia audiovisual e bibliotecário para UNIPRF.

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº_____, inscrição estadual nº_____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Endereço/Telefone do Órgão/Empresa	Objeto	Vigência do Contrato	Valor Mensal do Contrato	Valor Anual do Contrato	Valor Total do Contrato *
VALOR TOTAL DOS CONTRATOS						

* Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo valores das parcelas já executadas.

Valor total remanescente dos contratos: R$ [VALOR].

A empresa declara, ainda, que:

- as informações apresentadas são completas e verdadeiras;
- os compromissos assumidos não comprometem sua capacidade de executar a contratação;
- um doze avos do valor total remanescente dos contratos não é superior ao patrimônio líquido informado no balanço patrimonial apresentado na licitação.

Caso não possua contratos vigentes, a empresa deverá declarar:

> A empresa declara que, na data de apresentação da proposta, não possui contratos vigentes com a Administração Pública ou com a iniciativa privada que reduzam sua capacidade econômico-financeira.

Local e Data: **[INSERIR_CIDADE]**, **[INSERIR_DIA]** de **[INSERIR_MÊS]** de **2026**.

Nome Completo do Representante Legal
Cargo / Função na Empresa
(Assinatura Eletrônica Certificada / ICP-Brasil)

Documento assinado eletronicamente por **SHEILA DE SENA MENEZES DA SILVA**, **Policial Rodoviário(a) Federal**, em 07/09/2026, às 13:51, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prf.gov.br/verificar, informando o código verificador **75659890** e o código CRC **6BC01377**.

Referência: Processo nº 08812.001865/2026-98 SEI nº 75659890